

RESCALDO DA ERA BUSH A RECONSTRUÇÃO DA ORDEM CONSTITUCIONAL, A MANUTENÇÃO DA UNIPOLARIDADE E O FIM DA «ORIENTAÇÃO EUROCÊNTRICA»

Henrique Raposo

«EM TERMOS DE HISTÓRIA MUNDIAL, O FIM DA GUERRA FRIA É UM ACONTECIMENTO SOBREVALORIZADO».

John Ikenberry¹

«DO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XXI A HISTÓRIA DA HUMANIDADE IRÁ RETER
NÃO O 11 DE SETEMBRO, MAS A DESCOLAGEM DA ÍNDIA E DA CHINA».

Gurcharan Das²

«OS NOSSOS PAÍSES [JAPÃO E ESTADOS UNIDOS] PARTILHAM UMA VISÃO
PARA O FUTURO DA REGIÃO DO PACÍFICO ASSENTE NUMA PARCERIA DE NAÇÕES LIVRES».

Dick Cheney³

O consulado da Administração Bush está a terminar. É tempo de fazer o rescaldo. Neste sentido, este artigo pretende demonstrar dois pontos: (1) em 2008, o sistema de estados continua a ser unipolar. Recentemente, surgiu uma sabedoria convencional que decretou o advento da multipolaridade. Como iremos demonstrar, esta tese está errada. (2) A mudança-chave da era Bush não ocorreu ao nível da unipolaridade, mas sim ao nível daquilo que John Ikenberry descreveu como *ordem constitucional* (sistema de alianças dos EUA; instituições económicas como a OMC e o FMI).

De forma incompreensível, o debate académico em Relações Internacionais tem a tendência para centrar as atenções em exercícios eminentemente especulativos e não falsificáveis (por exemplo: prever o fim da unipolaridade e tentar adivinhar o advento dessa multipolaridade tão desejada por ideologias e teorias sistémicas). Por outro lado, a literatura de Relações Internacionais é demasiado permeável a modas e mitos superficiais ligados ao *sound byte* jornalístico. Os primeiros anos da era Bush foram marcados pelo mito do império americano; centenas de colóquios, palestras e artigos afirmaram que a América era, sem qualquer dúvida, um império com um predomínio asfixiante sobre o resto do mundo. Agora, no final da era Bush, os mesmos colóquios, as mesmas palestras e os mesmos artigos consideram que, afinal, já vivemos num mundo pós-hegemonia americana. Em poucos anos, a sabedoria convencional passou de uma espécie de *superu-*

nipolaridade – o tal império americano – para uma situação de multipolaridade; Bush já não é César reencarnado, mas o Presidente que destruiu a era americana.

Aqui, não entrámos nesses exercícios especulativos e tentámos apenas analisar a realidade produzida pelos actores políticos, procurando sempre falsificar o nosso argumento (a preocupação com a falsificabilidade está longe de ser uma prioridade em grande parte da literatura de Relações Internacionais). Através dessa análise falsificável, concluímos que as grandes alterações ocorridas na política mundial – entre 2000 e 2008 – não se verificaram ao nível da unipolaridade sistémica, mas sim ao nível da ordem constitucional, nomeadamente no sistema de alianças americano. Estas mudanças dentro da ordem constitucional têm sido desprezadas pela comunidade epistémica ocidental relativa às Relações Internacionais, sobretudo na Europa. Não deixa de ser curioso constatar o desprezo analítico que a literatura garante à ordem constitucional. É curioso porque os ocidentais vivem – literalmente – dentro dessa ordem. E é sempre estranho ver alguém a desprezar a sua própria casa. Ora, este desprezo analítico em relação à ordem constitucional acaba por ser o reflexo de um dos vícios da disciplina: os académicos andam sempre à procura do próximo paradigma revolucionário; estão incessantemente no encaço de imaginárias rupturas. No meio desta fúria não falsificável centrada no futuro, a comu-

nidade académica acaba por desprezar a realidade vivida no presente e as continuidades da política internacional.

Em 2003, não existia império americano. Em 2008, não existe um mundo multipolar. Paradoxalmente, estes dois erros (mito imperial, mito multipolar) têm a mesma causa: a incompreensão de dois conceitos centrais da política internacional – unipolaridade e ordem constitucional.

EM 2003, NÃO EXISTIA IMPÉRIO AMERICANO.

EM 2008, NÃO EXISTE UM MUNDO MULTIPOLAR.

PARADOXALMENTE, ESTES DOIS ERROS

(MITO IMPERIAL, MITO MULTIPOLAR) TÊM A MESMA

CAUSA: A INCOMPREENSÃO DE DOIS CONCEITOS

CENTRAIS DA POLÍTICA INTERNACIONAL

– UNIPOLARIDADE E ORDEM CONSTITUCIONAL.

– unipolaridade e ordem constitucional. Sem a compreensão destes conceitos não é possível fazer um rescaldo da era Bush. Vejamos porquê.

MITO IMPERIAL

Há apenas cinco anos, muitos argumentavam que qualquer discussão sobre a política externa americana deveria começar por reconhecer que a América era um império⁴. Na literatura, o conceito de império adquiriu um novo «uso analítico»⁵. Michael Cox, por exemplo, via no império a forma da disciplina de Relações Internacionais compreender a actual ordem internacional⁶; e, não por acaso, Michael Cox afirmava que acolhia com gosto o novo debate sobre o império⁷.

Ora, é preciso dizer que nunca existiu o tal império americano. O conceito de império remete para um sistema político com características próprias. É um sistema político hierarquizado em que uma elite central domina as elites e sociedades periféricas; a elite periférica só tem acesso ao seu exterior por intermédio da elite dominante⁸. Neste sistema

político fechado, a metrópole dominante exerce poder político sobre a política externa e a política interna da periferia subordinada, isto é, X controla efectivamente a soberania de Y. Num império, a interacção entre X e Y não é uma questão de política internacional entre dois actores soberanos, mas uma questão de política interna entre dois actores no interior da mesma soberania. Depois, como salienta Michael Doyle, não se pode confundir um sistema político imperial com um qualquer cenário de «assimetria internacional». Um poder hegemónico não é uma metrópole imperial. Poder hegemónico X pode condicionar a política externa de Y, mas não tem legitimidade ou possibilidade de controlar a política interna de Y⁹. Por isso, não se pode confundir unipolaridade (estrutura) com império (sistema político)¹⁰. Quem estuda a fundo o conceito de império, como Alexander Motyl, não tem dúvidas em afirmar que esse conceito não se adequa ao papel dos EUA no mundo. Uma correlação de poder extremamente assimétrica, como a actual, não representa um projecto imperial¹¹.

Como afirmámos em devida altura¹², o mito do império americano distorce a nossa capacidade epistemológica; a lente imperial impossibilita uma correcta apreensão da realidade internacional, isto é, impede a compreensão dos conceitos de unipolaridade e ordem constitucional. Hoje, o mito imperial deu lugar ao mito multipolar. Mas apesar do seu desaparecimento, o mito do império americano deixou marcas epistemológicas negativas que ainda hoje se manifestam, como veremos de seguida.

O MITO MULTIPOLAR E A PERMANÊNCIA DA UNIPOLARIDADE

Tal como indicou William Wohlforth¹³, a unipolaridade americana determina que a absoluta disparidade de poder entre os EUA e os restantes estados retira do sistema uma velha fonte de conflito: a rivalidade pela hegemonia. Em 2008, tal como em 2000, este assunto não tem discussão possível. Com um PIB de 13 811 milhões de dólares¹⁴, os EUA têm cerca de um quarto da riqueza mundial. As economias mais próximas, logo, potencialmente desafiadoras da unipolaridade, são a japonesa (4376 milhões) e a alemã (3297 milhões). Além da distância insuperável (juntos, alemães e japoneses ficam apenas com 7673 milhões, metade do PIB americano), convém recordar que a Alemanha e o Japão são aliados dos EUA: eis dois factores que tornam absurda a hipótese de *counterbalancing*. Em termos militares, os EUA são insuperáveis. O orçamento de defesa americano representa 48 por cento dos gastos militares do mundo inteiro. A China – o hipotético rival – gasta oito por cento. Mais: os EUA e os seus aliados principais (NATO, Japão, Austrália e Coreia do Sul) representam 72 por cento dos gastos mundiais em defesa¹⁵. Os EUA são a única potência com real capacidade de projecção de força; têm a única verdadeira *blue-water navy* (12 porta-aviões). Convém ainda alertar para o seguinte facto: os EUA, pela primeira vez na história, estão à beira da total primazia nuclear; em breve, os americanos terão a capacidade (teórica) de destruir o arsenal balístico russo num *first strike* (a superioridade sobre o arsenal balístico chinês é ainda mais evidente)¹⁶.

Ao nível da demografia, os dados também indicam uma superioridade dos EUA. A população americana vai continuar a crescer; a UE, o Japão, a Rússia e a China enfrentarão graves crises demográficas. Devido à política de filho único, a população chinesa entre os 15 e os 24 anos irá decair 20 por cento (entre 2005 e 2030). Em 2005, existiam 100 milhões de chineses com mais de 65 anos; em 2030, serão 235 milhões. Além deste declínio efectivo, existe ainda um problema relacionado com a falta de raparigas: hoje existem 123 rapazes para 100 raparigas. Como salienta Nicholas Eberstadt, isto é um cenário para uma catástrofe demográfica em câmara lenta¹⁷. A magnitude da população chinesa – que é sempre vista como uma força indiscutível da China – pode vir a constituir uma fraqueza terminal. A Rússia está a morrer. Literalmente. Se as actuais taxas de natalidade e mortalidade não sofrerem alterações, calcula-se que a Rússia apresente menos 73 milhões de pessoas (metade da população actual) em 2080¹⁸. A esperança média de vida dos homens é inferior à registada no Paquistão ou no Bangladesh; sete em oito suíços de 20 anos atingem os 65 anos; apenas três em sete russos podem esperar o mesmo. Entre 2005 e 2030, a Rússia irá perder 19 por cento de população em idade laboral¹⁹. Os números da demografia americana têm uma tonalidade completamente diferente. Nos EUA, a média é de 2,02 nascimentos por mulher; isto significa que a média americana está 50 por cento acima da taxa japonesa e 45 por cento acima da taxa europeia (a taxa chinesa é de 1,7). Depois, a capacidade dos EUA para atrair e integrar vagas contínuas de emigrantes continua a não ter rival no mundo. Com tudo somado temos o seguinte cenário: em 2025, a população da Europa Ocidental estará a diminuir apesar da chegada de emigrantes, enquanto a população americana estará a subir cerca de 2,8 milhões por ano²⁰. Em suma, na demografia também há unipolaridade.

Perante estes dados económicos, militares e demográficos, como é que se pode falar no fim da unipolaridade?

Além dos factores estruturais, Washington conta ainda com a bênção da geografia. Os EUA estão afastados geograficamente da Eurásia, isto é, não são rivais regionais dos grandes poderes da Europa e da Ásia. Nos dois flancos da Eurásia, cada Estado potencialmente desafiador dos EUA (Alemanha, Japão, China, Índia, Rússia) tem rivais regionais a ultrapassar antes de ter a possibilidade de rivalizar com os EUA à escala global. Por exemplo, a China tem o Japão e a Índia como obstáculos regionais. Em acréscimo, temos de contar com a política de alianças dos EUA, que dificulta ainda mais qualquer acção de contrabalanceamento. Japão e Índia são essenciais para qualquer cenário de coligação anti-hegemonia. Se a China quisesse construir um mundo bipolar (EUA vs. coligação anti-hegemónica liderada por Pequim), teria de seduzir Nova Deli e Tóquio. Mas, como já foi demonstrado amplamente, estes dois países estão cada vez mais próximos dos EUA. Ou seja, Japão e Índia estão a executar uma movimentação que Randall Schweller apelidou de «Bandwagoning for profit»²¹, isto é, alinham-se com o poder hegemónico porque lucram com isso ao nível económico, ao nível da segurança e mesmo ao nível do prestígio e status internacional.

Todos estes factores estruturais (os EUA continuam insuperáveis nas medições quantitativas do poder) e estratégicos (Washington controla todos os cenários estratégicos através das suas alianças) fazem com que a percepção da disparidade de poder não deixe margens para dúvidas: quando olham para os EUA, todos os estados do sistema percebem um gigante que é literalmente de outro planeta político. Isto não significa a ausência de conflitos, a ausência de adversários ou o sucesso total das políticas americanas. Significa, tão-somente, a ausência de (1) competição pela rivalidade hegemónica e de (2) políticas de equilíbrio de poder multipolar.

Nos últimos anos, devido aos problemas sentidos pelos americanos no Iraque e por causa da ascensão das potências asiáticas, muitos autores, como Dominique Moisi²², Christopher Layne²³ ou Francis Fukuyama²⁴, decretaram o fim da unipolaridade e o regresso do mundo multipolar. Parag Khanna afirma mesmo que já vivemos num mundo multipolar dividido entre EUA, União Europeia e China²⁵. Amy Chua insinua que a hegemonia americana já passou o seu zénite e dá por garantido que um mundo multipolar ou bipolar será criado – mais cedo ou mais tarde – devido à acção da China, da UE e da Índia²⁶. No fundo, todos estes autores regressaram à tese de Charles Kupchan sobre o fim da era americana (uma tese de 2002 que foi engolida pela moda imperial em voga na época). Kupchan declarava que o fim da Guerra Fria não originou o momento unipolar americano e o fim de história, mas sim o fim do predomínio americano; a revolta do islão, a ascensão da China e a integração da Europa determinavam o fim da hegemonia dos EUA²⁷.

Ora, estes autores cometem uma série de erros analíticos que advém da incompreensão do conceito de unipolaridade. Isto porque tendem a confundir *unipolaridade* com *império global*: eis um dos efeitos nefastos da moda imperial dos primeiros anos da era Bush.

Como salienta William Wohlforth, não existiu nos últimos anos qualquer mudança nos indicadores objectivos da distribuição de poder. E a polaridade mede-se enquanto «power-as-resources» e não como «power-as-influence». A unipolaridade do sistema não depende

da vitória ou derrota no Iraque, da perda ou aumento de influência no Médio Oriente, etc. Na apreciação da polaridade, o mediatismo do Iraque é insignificante quando comparado com os indicadores objectivos ao nível económico, militar e demográfico.

NA APRECIAÇÃO DA POLARIDADE, O MEDIATISMO DO IRAQUE É INSIGNIFICANTE QUANDO COMPARADO COM OS INDICADORES OBJECTIVOS AO NÍVEL ECONÓMICO, MILITAR E DEMOGRÁFICO.

Noutro sentido, é preciso estar atento ao seguinte: a emergência dos novos poderes não significa o regresso da multipolaridade. Por exemplo, mesmo que a China atinja o PIB global dos EUA em meados do século XXI – hipótese altamente especulativa –, o PIB per capita chinês continuará a ser apenas um quarto do americano. Há ainda que considerar a diferença entre o *poder efectivo* e o *poder latente*. E, nos últimos anos, o facto determinante do ponto de vista estrutural foi o seguinte: Washington conduziu duas guerras e, ao mesmo tempo, baixou os impostos. Ou seja, o poder latente da sociedade/economia americana não foi, nem de perto nem de longe, aproveitado ao máximo pela Casa Branca

no sentido de produzir o poder efectivo. Os EUA têm a possibilidade de aumentar a percentagem do PIB gasto em defesa (gastam apenas quatro por cento; durante a Guerra Fria gastaram entre sete por cento a 14 por cento)²⁸. Mais: de forma paradoxal, a Guerra do Iraque está a reforçar a unipolaridade americana. Esta guerra, como se sabe, originou a famosa Carta dos Oito; essa carta mostrou que é impossível construir uma Europa contra os EUA dentro de uma lógica multipolar gaullista. A Guerra do Iraque desmantelou, assim, um dos hipotéticos pólos de um mundo multipolar: a Europa gaullista. Depois, os EUA, durante o período da Guerra do Iraque, reforçaram os seus laços com o Japão e iniciaram uma parceria histórica com a Índia. A Guerra do Iraque que – segundo o dogma vigente – deveria ter despertado uma coligação anti-EUA, acabou por servir de cenário para a aproximação entre EUA, Índia e Japão. Assim, no final da era Bush, podemos dizer que não há *contrabalanço* clássico: nenhum estado ou coligação anti-hegemónica está a agir para colmatar o desequilíbrio na distribuição de poder²⁹. E também podemos afirmar que não há *soft balancing*, um novo termo que a lógica infalsificável do neo-realismo inventou para suprimir a ausência do *hard balancing*³⁰. Os autores que defendem este conceito de *contrabalanço suave*³¹ acabam por considerar, de forma teleológica, qualquer acção adversa aos EUA como um prenúncio da chegada da multipolaridade. Isto sucede porque – muito simplesmente – nunca compreenderam a natureza da unipolaridade. Como já afirmámos, estes profetas da multipolaridade confundem *unipolaridade* com *império global*, ou seja, tendem a ver a unipolaridade como algo que permite a Washington controlar soberanamente todos os actores do sistema; tendem a ver a unipolaridade como algo que determina o sucesso total de todas as acções americanas, e, por isso, vêem as dificuldades no Iraque, a ascensão do Irão e a nova retórica da Rússia enquanto indícios do fim da unipolaridade. Qualquer contrariedade é vista como o prenúncio do declínio dos EUA. Como salienta o general John Abizaid (antigo comandante do US Central Command), atacar o Irão significaria ficar à mercê da capacidade de Teerão para bloquear o estreito de Ormuz³². Os autores que vivem obcecados com o culto teleológico da multipolaridade vêem aqui um dos indícios do declínio americano. Estão naturalmente errados. Isto porque detêm uma noção inflacionada de unipolaridade. A unipolaridade não significa a ausência de obstáculos e contratempos; não significa a ausência de adversários regionalmente poderosos. Esta noção inflacionada de unipolaridade – um efeito do mito imperial – acaba por transformar qualquer situação da política internacional num problema de política doméstica dos EUA, como se o Presidente americano pudesse controlar o Irão ou a Venezuela através de um decreto, como se os estados estrangeiros fizessem parte da soberania e jurisdição de Washington à semelhança do Texas ou da Califórnia. Em resumo, *estrutura* não é sinónimo de *agência*, e a estrutura unipolar não permite aos americanos controlar imperialmente a agência autónoma de todos os outros estados. Por outro lado, estes autores confundem o novo *pluralismo* de poder ao longo do sistema (China, Índia, Brasil, etc.) com o conceito preciso e mensurável de *multipolaridade*. *Multipolaridade* significa um mundo com três ou mais poderes idênticos ao nível económico

e militar. Esse mundo não existe, como já aqui comprovámos. Os BRIC criam um sistema de estados mais plural (com maior pluralidade de *players*), mas não ameaçam a unipolaridade do ponto de vista estrutural. Além disso, Índia e Brasil (metade do BRIC), nunca estiveram tão próximos estrategicamente dos EUA como hoje. Isto significa que a ascensão destas novas potências não ocidentais não determinou uma liga anti-EUA. Pelo contrário: essa ascensão está a reforçar os laços dos EUA com muitos desses estados emergentes (Brasil, Índia, Vietname, Singapura, etc.)³³. Em resumo, a tese multipolar só faria sentido se o *The Rest* por inteiro estivesse ao lado da China contra os EUA. E esta hipótese não tem qualquer plausibilidade³⁴.

ÍNDIA E BRASIL (METADE DO BRIC),
NUNCA ESTIVERAM TÃO PRÓXIMOS
ESTRATEGICAMENTE DOS EUA COMO HOJE.
ISTO SIGNIFICA QUE A ASCENSÃO DESTAS
NOVAS POTÊNCIAS NÃO OCIDENTAIS
NÃO DETERMINOU UMA LIGA ANTI-EUA.

Por fim, os profetas da multipolaridade agigantam – sem grande rigor – as capacidades da UE e da China. Quando consideram que a UE é um rival estratégico dos EUA, Kupchan, Chua e Khanna estão, no mínimo, a fazer um juízo mal informado sobre a realidade actual da UE. Estes autores confundem a frágil realidade da UE com os desejos ideológicos de uma pequena elite europeísta e radical. Chua e Khanna afirmam que o projecto da UE consiste na construção do mundo multipolar e anti-EUA. E quais são as provas empíricas que apresentam para suportar a sua tese? Dois panfletos ideológicos e antiamericanos de Mark Leonard³⁵ e Jürgen Habermas³⁶. Como é evidente, não se pode confundir uma realidade altamente complexa e plural com os desejos simplificados e monistas de alguns intelectuais. Habermas não é a Europa. Mais: como já afirmámos, a Europa desejada por Habermas (e Chirac) morreu, de uma vez por todas, em 2003 (Carta dos Oito). A multipolaridade anti-EUA não passa pela Europa. Em relação à China, importa dizer que existem sérios obstáculos internos que o regime chinês tem de ultrapassar antes de poder pensar em ser rival dos EUA: a crise demográfica (já aqui analisada); uma economia demasiado dependente do conceito de *oficina do mundo* (mão-de-obra desqualificada, barata e abundante); as fraquezas enormes ao nível do capital humano (as competências científicas da população chinesa são rudimentares); a China não inova o seu nível tecnológico, limitando-se a copiar o que vem de fora (representa apenas 0,3 por cento do *stock* de patentes internacionais, ficando muito atrás dos EUA – 35,6 por cento – e do Japão – 25,6 por cento); incrível escassez de água potável³⁷. E o principal problema da China é, porventura, o tremendo abismo existente entre uma minoria urbana em processo de enriquecimento e uma maioria rural composta por cerca de 750 milhões de pessoas; e esta gente que ainda vive na velha ruralidade empobrecida «só a cauda longa e ineficiente do país, um fardo populacional»³⁸. Antes de pensar na projecção de poder no exterior, o regime chinês tem de colocar ponto final nesta assimetria interna.

Dando seguimento aos equívocos multipolares, Coral Bell afirma que a era unipolar está a terminar e que a grande questão do momento é saber se a unipolaridade vai dar lugar

a uma multipolaridade estrutural (equilíbrio de poder) ou a uma multipolaridade normativa (concerto dos grandes poderes)³⁹. Bell está errado. Hoje, à saída da era Bush, a verdadeira questão não é tentar adivinhar o advento da multipolaridade. Em 2008, a grande questão é a seguinte: que tipo de unipolaridade iremos ter no futuro próximo? William Wohlforth apresenta duas características centrais da unipolaridade americana: *peacefulness* e *durability*⁴⁰. Como já afirmámos, a durabilidade – que depende dos indicadores estruturais – não tem discussão: veio para ficar. Em relação à estabilidade (*peacefulness*), a situação é um pouco diferente, isto é, o grau de ordem e de estabilidade existente dentro da unipolaridade é uma questão em aberto. A grande questão que temos pela frente é, portanto, a seguinte: continuaremos a ter uma unipolaridade estável? Qual será a natureza da unipolaridade americana num cenário marcado pela emergência asiática, que traz consigo uma nova pluralidade de grandes poderes que vem complicar as contas da gestão americana? A estabilidade histórica desta unipolaridade foi construída num cenário estratégico sem a vitalidade da China, da Índia, do Brasil, da África do Sul, etc., tendo apenas a Europa e o Japão como grandes centros económicos a par dos EUA. A emergência desta nova pluralidade de poderes não afecta a *durabilidade* da unipolaridade, mas pode afectar a sua *estabilidade*.

A unipolaridade é apenas o palco estrutural onde os estados actuam. Sob esta base estrutural, pode ser construída uma ordem política estável e pacífica, ou podemos observar o desfazer dessa ordem no sentido da instabilidade. Neste sentido, resta saber como é que Washington vai arrumar a nova pluralidade de poderes. E arrumar onde? Aqui entra em cena a *ordem constitucional*. Esta ordem liberal é a substância política concreta produzida pelos EUA e recolhida por outros estados. Esta *ordem constitucional* é uma arquitectura política construída sobre a *estrutura unipolar*; o pilar estrutural (a unipolaridade) sustenta a *catedral* (a ordem constitucional). É nesta *catedral constitucional* construída e gerida pelos EUA que os outros estados encontram os seus lugares na política internacional. Por outras palavras, é esta ordem constitucional que torna tolerável a unipolaridade americana aos olhos dos outros estados.

ORDEM CONSTITUCIONAL: HIERARQUIA E AUTORIDADE

A ORDEM CONSTITUCIONAL, O GRANDE PROJECTO DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA, ASSENTA EM DOIS CONCEITOS QUALITATIVOS POUCO UTILIZADOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: HIERARQUIA E AUTORIDADE.

A ordem constitucional, o grande projecto da política externa dos EUA, assenta em dois conceitos qualitativos pouco utilizados em Relações Internacionais: *hierarquia* e *autoridade*. A literatura tem por hábito considerar *anarquia* e *hierarquia* como conceitos mutuamente exclusivos (*anarquia* ou *hierarquia*).

Jack Donnelly contesta esta noção e desenvolve a ideia de «*hierarquia na anarquia*»⁴¹, a fim de explicar a ordem internacional liderada pelos EUA. Teoricamente, os estados são todos iguais, mas na prática há diferenças no exercício da soberania. Por exemplo,

o Japão e a Alemanha têm sido potências civis a actuar no sistema enquanto protectorados dos EUA. Não estamos aqui no campo da hierarquia absoluta que anula a anarquia (império), nem no campo da ausência total de hierarquia (anarquia neo-realista). Estamos a falar de uma hierarquia sobre a anarquia que resulta da relação entre alguns estados. Com isto, estes estados não anulam a anarquia por completo, mas conseguem criar uma plataforma política acima da anarquia. O relacionamento hierárquico entre os EUA e a Alemanha ajudou a pacificar a anarquia entre os estados europeus. O relacionamento hierárquico entre os EUA e o Japão é a âncora pacificadora do Extremo Oriente. Estas duas relações hierárquicas não anulam totalmente a anarquia e a propensão para o conflito do sistema, mas conseguem domar essa anarquia e evitar grandes conflitos entre estados. Em suma, as relações hierárquicas criam ordem acima da anarquia.

Se Connelly critica o facto de a literatura desprezar a ideia de hierarquia, David Lake⁴² critica o desprezo em relação ao conceito de autoridade. Segundo Lake, a autoridade legítima do Estado dominante (i.e., hierarquicamente superior) advém do facto de este produzir ordem social para os seus subordinados. Em troca da ordem social produzida, o Estado dominante recebe deferência diplomática e estratégica. Um exemplo: os EUA protegem o Japão e, em troca, recebem apoio diplomático inequívoco. Ao produzir esta ordem, os EUA transformam o seu poder coercivo estrutural em legitimidade política. E a transformação da coerção em legitimidade cria a autoridade (i.e., o poder legítimo). Estamos a falar de uma autoridade que advém da relação política entre estados (relação horizontal entre o Estado Y e o X) e não da relação formal entre um ponto supranacional e os estados (relação vertical entre a ONU e os estados). Estamos a falar de uma legitimidade política que resulta da relação entre estados. Não estamos a falar da tal legalidade internacional que advém da ONU ou do TPI.

A autoridade, assim entendida, é uma relação política; uma autoridade que resulta de um contrato político, de um contrato estratégico. Ou seja, os EUA têm um contrato estratégico com o Japão e com os europeus; um contrato que, para ser legítimo, depende não da força da parte dominante mas do consentimento da parte dominada. Portanto, apesar do seu poder estrutural sem precedentes, «os EUA não têm outro caminho a não ser este: continuar a interagir dentro das alianças e das instituições de segurança colectiva no sentido de transformar o poder americano em algo de seguro para o mundo»⁴³. Estes conceitos de autoridade e de hierarquia são fundamentais para compreendermos a natureza da ordem constitucional⁴⁴. A estratégia americana na segunda metade do século XX não foi dominada, em exclusivo, pelo *containment*. A par da *containment order* perante a URSS, Washington criou uma segunda ordem: uma ordem política liberal sob a égide americana, composta por organismos de índole económica (GATT/OMC, FMI, Banco Mundial) e também pelas alianças estratégicas. As alianças militares americanas (NATO, aliança com o Japão, Taiwan, etc.) não eram apenas mecanismos militares tradicionais. Estas alianças também simbolizavam uma ordem liberal, um acordo que criava previsibilidade liberal entre Washington e os seus aliados. Ou seja, o tempo que marcou o choque estrutural mais

explícito da história (EUA vs. URSS) foi também o tempo que viu nascer a ordem internacional mais institucionalizada e civilizada da história: uma «ordem ocidental aberta e plural»⁴⁵, servida por uma teoria constitucionalista da ordem internacional⁴⁶. E esta ordem liberal sobreviveu à queda da URSS. Depois de 1989-1991, as relações entre os EUA e os seus parceiros europeus e asiáticos continuaram a ser marcadas pela estabilidade e interdependência altamente institucionalizadas⁴⁷. Como é que isto foi possível? Não basta dizer que se trata de uma confederação kantiana. Não basta dizer que, devido ao facto de todos estes estados serem democracias (Japão, EUA, Canadá, europeus), a harmonia acaba por surgir naturalmente. A questão é um pouco mais complexa. É a acção de autocontenção estratégica dos EUA que permite a sustentação e legitimidade desta ordem. Ao conter o seu poder (através das alianças e instituições), os EUA legitimam esse mesmo poder. Paradoxalmente, um Estado hegemónico, no intuito de preservar a hegemonia, limita o seu próprio poder no sentido de o tornar legítimo aos olhos dos outros estados. Estas instituições (por exemplo: NATO e FMI) limitam o excesso de poder do Estado dominante e dão oportunidades aos estados mais fracos para expressarem a sua posição (*institutionalized voice opportunities*). Tal como o constitucionalismo liberal americano consagra o Congresso e o Supremo Tribunal como os pólos que limitam o poder do Presidente, esta ordem constitucional aplicada à política internacional consagra as instituições económicas e as alianças como as peças que limitam o poder dos EUA. Os freios e contrapesos exteriores de Washington são as outras democracias; deste modo, os aliados democráticos dos EUA funcionam como «multiplicadores de legitimidade»⁴⁸. Nesta orgânica constitucional, a legitimidade política não advém da ONU, mas sim das outras democracias. Ora, é por tudo isto que John Ikenberry afirma que existe um acordo constitucional (*constitutional bargain*) entre os EUA e as democracias transatlânticas e transpácificas. E esta ordem constitucional acaba por ter um *trade-off* simples: os EUA aceitam operar dentro de um processo de política internacional institucionalizada e, em troca, os seus parceiros aceitam como legítima a liderança americana. Nesta ordem constitucional, a *power politics* tradicional não desaparece, mas o poder arbitrário e indiscriminado sai de cena⁴⁹. O poder não é anulado, mas é civilizado e devidamente canalizado através de regras e canais institucionais. O objectivo é criar a «confiança e o respeito necessários para domar a anarquia e fomentar a cooperação»⁵⁰. Isto é absolutamente central: não se trata de aniquilar a anarquia, mas sim de a domar. Como salienta Ikenberry, o substrato da política internacional é anárquico, mas esta ordem política construída por estados liberais, assente em constrangimentos mútuos, permite elevar os estados acima da anarquia⁵¹. Aqui, a anarquia ainda é uma fera, mas já é uma fera açaimada. Por outras palavras, a ordem constitucional é construída um andar acima da mera distribuição de poder. Esta ordem tem o seu pilar estrutural (unipolaridade) assente no lodo do sistema interestatal, mas já não está dentro da natureza do sistema: é uma sociedade de democracias a actuar *dentro* de um acordo constitucional aplicado à política internacional; uma sociedade regida não por relações anárquicas, mas por relações hierárquicas e de autoridade.

E é conveniente salientar um ponto: esta ordem constitucional, cuja construção começou nos anos de 1940 (1944-1949), não foi interrompida em 1989. O que terminou em 1989 foi a *containment order* que visava bloquear a URSS. Depois de 1989, a ordem constitucional continuou activa. A OMC cresceu até incluir, por exemplo, a China. E o sistema de alianças americano chegou – nos anos de 1990 – às fronteiras europeias da Rússia e – hoje – seduz Nova Deli. Depois de 1989, muitos tentaram projectar um novo paradigma para a política externa americana pós-Guerra Fria, pós-ruptura de 1989; na actualidade, existe uma espécie de busca pela «new grand strategy»⁵² dos EUA. Sucede que essa estratégia já existe: os EUA nunca deixaram de defender e expandir esta ordem constitucional que vem desde os anos de 1940 e que não sofreu qualquer ruptura em 1989⁵³.

Em suma, no rescaldo da era Bush, seria aconselhável que percebêssemos uma coisa: não vivemos no pós-1989, nem no pós-9/11; vivemos, isso sim, na época em que

NO RESCALDO DA ERA BUSH, SERIA ACONSELHÁVEL QUE PERCEBÊSSEMOS UMA COISA: NÃO VIVEMOS NO PÓS-1989, NEM NO PÓS-9/11; VIVEMOS, ISSO SIM, NA ÉPOCA EM QUE WASHINGTON ACTUALIZA OS CONTRATOS ESTRATÉGICOS ESTABELECIDOS NO FINAL DOS ANOS DE 1940.

Washington actualiza os contratos estratégicos estabelecidos no final dos anos de 1940. Os EUA não estão a fazer nada de novo, não estão na busca de um novo paradigma. Estão é a adaptar o velho *bargain* de 1944-1949 à nova pluralidade de actores de 2008.

RENOVAÇÃO DA ORDEM CONSTITUCIONAL: AS ALIANÇAS TRANSPACÍFICAS

Como já foi referido, esta ordem constitucional tem duas faces: (1) a face económica das instituições como a OMC, o FMI, o Banco Mundial; (2) a face político-estratégica assente nas alianças com democracias. Ora, durante a Administração Bush, os EUA renovaram a composição desta ordem constitucional ao nível das alianças. Qualquer rescaldo da era Bush tem de constatar o seguinte: Washington reavaliou as prioridades do seu sistema de alianças, isto é, renegociou o acordo constitucional com os seus aliados. Em relação aos velhos contratos estratégicos, Washington retirou importância à Europa, e conferiu maior importância ao Japão e à Austrália. Mais: Washington começou a elaborar novos contratos estratégicos com novos aliados (Índia, Singapura, etc.).

Num recente ensaio publicado na *Foreign Affairs*, Condoleezza Rice afirmou que o 11 de Setembro não alterou o pilar central da política internacional: «As nossas alianças nas Américas, na Europa e na Ásia continuam a ser os pilares da ordem internacional, e nós estamos a transformá-las a fim de enfrentar os desafios da nova era»⁵⁴.

Ou seja, os EUA estão a adaptar uma velha estratégia – a ordem constitucional – a um tempo novo. E, neste sentido, as novas potências emergentes que são igualmente democracias (Brasil, Índia, Indonésia, África do Sul) adquirem um peso determinante na visão de Washington. Para Rice, a Índia é um aliado central na defesa da ordem liberal internacional, e o Brasil, diz Rice, comprova que uma democracia também tem a capacidade para retirar milhões e milhões de pessoas da pobreza. A África do Sul e a Indonésia, por

sua vez, representam, tal como os EUA, a vitalidade das democracias multiétnicas. Condoleezza Rice não tem dúvidas em assinalar que a relação dos EUA com as outras democracias é o elemento central e transformador da política internacional. E, neste sentido, as democracias da região Ásia-Pacífico adquirem um protagonismo inusitado:

«Embora muitos assumam que a ascensão da China vai determinar o futuro da Ásia, temos de dizer que outro fenómeno vai afectar o futuro da Ásia de maneira tão ou mais decisiva do que a emergência chinesa: a ascensão de uma crescente comunidade democrática de estados asiáticos. E este é o facto geopolítico central do século XXI.»⁵⁵

Para que fique assente: no centro do pensamento estratégico dos EUA, as democracias asiáticas e a sua relação com os EUA constituem o ponto central da política mundial. E esta confederação de democracias asiáticas até pode ser mais relevante do que a própria ascensão da China. Ou seja, o ponto determinante poderá não ser a ruptura provocada pela China, mas sim a continuidade e a expansão da ordem constitucional americana. Estas palavras de Rice – que parecem ser um balanço oficial da era Bush – são o reflexo de mudanças históricas verificadas ao nível da política americana de alianças. A aliança entre os EUA e o Japão está a mudar de natureza, com o Japão a deixar de ser uma potência civil e um protectorado para passar a ser um *Estado normal* (de regresso à soberania plena) e um aliado normal com a capacidade para projectar poder ao lado dos EUA. Ou seja, o Japão viu a sua importância reforçada em Washington durante a era Bush⁵⁶. O mesmo se pode dizer sobre a Austrália⁵⁷. Depois, Washington empreendeu uma aproximação revolucionária em relação à Índia. Responsáveis americanos reafirmaram – vezes sem conta – a centralidade da Índia na estratégia americana para o século XXI. Neste momento, a Índia é tão importante para os EUA como os velhos aliados de 1945 (Japão e Europa)⁵⁸. Por fim, importa referir que Washington, além de reforçar estas relações bilaterais, procurou interligar as democracias transatlânticas numa rede, numa espécie de *network* fluida composta por laços bilaterais, trilaterais e, atenção, quadrilaterais. O resultado é aquilo que já foi descrito como o emergente pilar do mundo transpacífico: o QUAD (*Quadrilateral Initiative*), o silencioso e não mediático concerto de democracias transpacíficas (EUA, Índia, Japão e Austrália)⁵⁹.

FIM DA «ORIENTAÇÃO EUROCÊNTRICA»

Estas mudanças no sistema de alianças dos EUA são respostas a uma mudança de fundo na política internacional, a saber: o desvio do centro de gravidade do Atlântico para o Pacífico e Índico⁶⁰. Rice já oficializou este desvio na visão estratégica de Washington:

«Nós temos de mudar a nossa disposição diplomática. No século XXI, nações emergentes como a Índia, a China, o Brasil, o Egipto, a Indonésia ou a África do Sul estão cada vez mais a moldar o curso da História [...] A nossa actual disposição não reflecte este facto. Por exemplo, o "staff" do Departamento de Estado existente na Alemanha – um país com

82 milhões de pessoas – tem quase a mesma dimensão do “staff” que se encontra na Índia – um país com um bilião de pessoas. É evidente que a América tem de começar a reposicionar o seu capital diplomático. Nos próximos anos, vamos começar a mudar centenas das nossas actuais posições diplomáticas para os novos postos críticos do século XXI. Vamos começar já este ano com a mudança de 100 posições da Europa e de Washington para países como a China, a Índia, a Nigéria e o Líbano.»⁶¹

Esta movimentação diplomática é revolucionária. Através do desvio deste capital diplomático da Europa para a Ásia, Rice oficializa – com uma acção concreta – a secundarização da Europa no sistema (estrutura) e em Washington (isto é, na percepção americana). Rice chega mesmo a comparar a Alemanha – centro da estratégia da segunda metade do século XX – com a Índia – um dos centros da estratégia americana de hoje. Uma comparação que é tudo menos fortuita. Em 2006, 200 representantes diplomáticos americanos foram retirados da Europa. Mais 80 sofreriam semelhante destino em 2007. Além desta transparência, deu-se a criação de 254 novas posições diplomáticas em países como a Índia, a China, a Indonésia, a Venezuela, a Nigéria ou a África do Sul⁶². Como já afirmámos, a ascensão dos asiáticos não retira a unipolaridade aos EUA, mas retira a centralidade estratégica ao Atlântico Norte. O mundo transpacífico (relação entre EUA e os estados asiáticos) já furtou o protagonismo estratégico ao mundo transatlântico (relação entre EUA e Europa). Durante as últimas décadas, o gigante unipolar esteve concentrado no Atlântico. Hoje, o gigante unipolar gira sobre si mesmo e começa a concentrar-se no Pacífico. O sistema não vive marcado pelo *pós-americanismo* (pós-unipolaridade), mas sim pelo *pós-atlantismo* (o Atlântico Norte e a Europa perdem peso estratégico)⁶³. Quando afirma que, em 2020, «todos saberemos que temos estado a viver num século americano-asiático»⁶⁴, Varun Sahni revela a percepção crescente entre asiáticos: o século XXI será conduzido no Pacífico (entre EUA e asiáticos) e não no Atlântico (entre EUA e europeus). E esta percepção também começa a ser comum nos EUA⁶⁵.

No início da Guerra Fria tornou-se evidente que a estratégia americana iria optar pela «Europe-first orientation» em detrimento da «Asia-first orientation»⁶⁶. Assim foi até ao início do século XXI. Hoje, no rescaldo da era Bush, temos de compreender que a opção «Europe-first» perdeu a prioridade em Washington. A «Asia-first orientation» está de regresso ao centro da estratégia americana. Para os EUA, gerir a relação entre os três gigantes asiáticos – Índia, China e Japão – está para a primeira metade do século XXI como a gestão da relação entre as potências europeias esteve para a segunda metade do século XX⁶⁷.

Tudo isto quer dizer que Washington já não percepção a política mundial através do prisma da relação transatlântica, a «Eurocentric coalition»⁶⁸. Washington dá cada vez menos atenção à Europa porque – muito simplesmente – desvia o seu olhar para o Pacífico⁶⁹. Qualquer rescaldo da era Bush tem de passar por aqui: o tempo da Europa como aliada privilegiada da América terminou⁷⁰. A Europa já não é o aliado democrático dos EUA; a Europa é um dos aliados democráticos dos EUA. E, aliás, as democracias asiáticas têm noção do seu impacto

na relação transatlântica. O indiano C. Raja Mohan afirma que existe uma percepção crescente de que «Europa e a Índia trocaram de lugares no que diz respeito às suas atitudes em relação aos EUA: enquanto os europeus desenvolvem um crescente ressentimento contra as acções americanas, a Índia está a abandonar o velho hábito de ser a primeira e a mais violenta crítica de Washington»⁷¹. Ou seja, Mohan sugere a existência de uma troca em Washington, com a Índia a alcançar aquilo que pertencia aos europeus: o lugar de aliado democrático privilegiado por Washington. Na verdade, não se trata de uma troca completa (sai x, entra y), mas de uma entrada, a da Índia, que obriga a Europa a partilhar o que antes era só seu: o estatuto de aliado primordial dos americanos. Esta realidade também se aplica ao Japão. De resto, há vozes japonesas que não escondem a sua audácia ao afirmar que a aliança Japão-EUA é superior à NATO em termos de relevância estratégica⁷².

Na Europa, a sabedoria convencional institucionalizou o seguinte: a Administração Bush desrespeitou sistematicamente a opinião dos aliados. Ora, esta é uma visão errada e marcadamente eurocêntrica. A era Bush marcou uma crise sem precedentes entre a comunidade *transatlântica*, mas também iniciou uma época de entendimento e de interligação sem precedentes entre as democracias *transpácificas*. O tempo da crise transatlântica é – simultaneamente – o tempo da harmonia transpácifica. Washington não desrespeitou os aliados. Washington fez uma coisa um pouco diferente: renegociou os seus contratos estratégicos através de um novo prisma, o prisma do pós-atlantismo. E este revisionismo pós-atlântico dentro da ordem constitucional perturbou, como seria de esperar, os europeus. Mas onde os europeus vêem uma *crise atlântica*, os americanos, indianos, japoneses e australianos vêem um necessário e legítimo ajuste nos contratos estratégicos da ordem constitucional. A crise atlântica não pode ficar localizada num *tandem* fechado e fictício (EUA-Europa; o Ocidente como entidade fechada e acima dos restantes actores) e tem de ser enquadrada na reestruturação global da ordem constitucional. Porque – aos olhos de asiáticos e americanos – os europeus tinham mesmo de perder poder dentro do sistema de alianças dos EUA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não houve império americano. Não há mundo multipolar. Não estamos numa fase de transição entre a unipolaridade e a multipolaridade dentro do sistema interestatal. Estamos, isso sim, numa fase de transição dentro da ordem constitucional. E esta transição constitucional vai determinar o grau de estabilidade da unipolaridade americana.

A unipolaridade retira a *possibilidade estrutural* a qualquer acção de contrabalanço anti-EUA. Estamos aqui no campo da (im)possibilidade material. Por seu lado, a ordem constitucional retira a *vontade política* de lutar contra a hegemonia americana. Ou seja, a ordem constitucional actua não ao nível das *capacidades*, mas sim ao nível das *intenções*. A ordem constitucional é, portanto, o elemento que legitima a estrutura unipolar americana. Os outros estados sabem que não podem contrabalançar os EUA, mas também não estariam interessados nessa acção mesmo que tivessem essa possibilidade. Por outras palavras, a

unipolaridade é auto-suficiente em termos de durabilidade, mas é a ordem constitucional que garante a estabilidade (*peacefulness*) da unipolaridade. Ora, se algumas democracias emergentes (Índia) ou reemergentes (Japão) começassem a considerar a ordem constitucional como ilegítima, a estrutura unipolar não desapareceria, mas a sua *peacefulness* poderia entrar em colapso. Sem uma ordem constitucional legítima, a unipolaridade poderia ser palco de desordem (relações meramente anárquicas) e não de ordem (relações hierárquicas e de autoridade). Em resposta a este desafio, os EUA já adaptaram a ordem constitucional – na sua variante política e militar – ao novo cenário pós-atlântico. Pelo lado das alianças, a legitimidade da ordem constitucional e a estabilidade da unipolaridade estão asseguradas. Foi isso que tentámos demonstrar neste ensaio.

Todavia, se as tensões ao nível das alianças estão controladas, as tensões ao nível das instituições económicas continuam por resolver. Se a Administração Bush reconstruiu a ordem constitucional na sua face política (as alianças), não conseguiu reconstruir a ordem constitucional na sua face económica OMC, Banco Mundial, G8, FMI). Daí a crescente tensão na OMC (ilustrada pelo fracasso da Ronda de Doha). Daí a crescente ilegitimidade do G8. Daí a total ilegitimidade do FMI e do Banco Mundial.

Mas esta tensão económica e institucional – que marcará o mandato do próximo presidente americano – já é um assunto para outras calendas. **RI**

NOTAS

1 IKENBERRY, John – «The myth of the post-Cold War chaos». In *Foreign Affairs*. Vol. 73, N.º 3, Maio-Junho de 1996, p. 80.

2 DAS, Gurcharan – *Le Réveil de l'Inde*. Paris: Buchet/Chastel, 2007, p. 28.

3 CHENEY, Dick – «Remarks by the Vice President at the Washington post-Yomiuri Shimbun Symposium», Hotel Okura, Tóquio, Japão, 13 de Abril de 2004.

4 Cf. SIMES, Dimitri K. – «America's imperial dilemma». In *Foreign Affairs*. Vol. 82, N.º 6, Novembro-Dezembro de 2003, p. 91.

5 DALBY, Simon – «Political space: Autonomy, liberalism, and empire». In *Alternatives*. N.º 30, 2005, p. 435.

6 COX, Michael – «Empire is back in town». Conference Papers – International Studies Association, Montreal, 2004 Annual Meeting.

7 COX, Michael, «Empire, imperialism and the Bush doctrine». In *Review of International Studies*. N.º 30, 2004, p. 603.

8 MOTYL, Alexander J. – *Imperial Ends – The Decay, Collapse and the Revival of Empires*. Nova York: Columbia University Press, 2001.

9 DOYLE, Michael W. – *Empires*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

10 WOHLFORTH, William – «The stability of the unipolar world». In *International Security*. Vol. 24, N.º 1, Verão de 1999, p. 9.

11 MOTYL, Alexander J., *Imperial Ends – The Decay, Collapse and the Revival of Empires*, pp. 190-194.

12 RAPOSO, Henrique – «O mito da América imperial». In *Relações Internacionais*. N.º 8, Dezembro de 2005, pp. 185-192.

13 Cf. WOHLFORTH, William – «The stability of the unipolar world», pp. 5-41.

14 THE WORLD BANK – *World Development Indicators Database*, 1 de Julho de 2008; <http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf>.

15 HELLMAN, Christopher, e SHARP, Travis – «The FY 2009 Pentagon spending request – Global military spending». Center for Arms Control and Non-Proliferation, 22 de Fevereiro de 2008; http://www.armscontrolcenter.org/policy/securityspending/articles/fy09_dod_request_global/index.html

16 LIEBER, Keir A., e PRESS, Daryl G. – «The rise of US nuclear primacy». In *Foreign Affairs*. Vol. 85, N.º 2, Março-Abril de 2006, pp. 42-54.

17 EBERSTADT, Nicholas – «China's one-child mistake». American Enterprise Institute,

17 de Setembro de 2007.

18 Cf. SATTER, David – *Madrugada Sombria – Rússia, Uma Democracia Ilusória*. Porto: Civilização Editora, 2005.

19 EBERSTADT, Nicholas – «Dying Russia», American Enterprise Institute, 25 de Abril de 2008.

20 EBERSTADT, Nicholas – «America the fertile», American Enterprise Institute, 6 de Maio de 2007.

21 SCHWELLER, Randall – «Bandwagoning for profit». In *International Security*. Vol. 19, N.º 1, Verão de 1994.

22 MOISI, Dominique – «After unipolarity, Europe's time to make a difference». In *The Daily Star*, 19 de Dezembro de 2006.

23 LAYNE, Christopher – «Impotent power? – Re-examining the nature of America's hegemonic power». In *The National Interest*. N.º 85, Setembro-Outubro de 2006, pp. 41-47.

24 FUKUYAMA, Francis – «El fin de la hegemonía americana». In *El País*, 31 de Julho de 2008.

25 KHANNA, Parag – «Waving goodbye to hegemony». In *The New York Times Magazine*, 27 de Janeiro de 2008.

- 26 CHUA, Amy – *Days of Empire – How Hyperpowers Rise to Global Dominance, and Why They Fall*. Nova York: Doubleday, 2007, pp. 286-317.
- 27 KUPCHAN, Charles A. – *The End of the American Era*. Nova York: Knopf, 2002.
- 28 WOHLFORTH, William – «Unipolar stability, the rules of power analysis». In *Harvard International Review*. Vol. 29, N.º 1, Primavera de 2007, pp. 44-48.
- 29 LIEBER, Keir A., e ALEXANDER, Gerard – «Waiting for balancing – Why the world is not pushing back». In *International Security*. Vol. 30, N.º 1, Verão de 2005, pp. 109-139.
- 30 BROOKS, Stephen, e WOHLFORTH, William – «Hart times for soft balancing». In *International Security*. Vol. 30, N.º 1, Verão de 2005, pp. 72-108.
- 31 WALT, Stephen – «Taming American power». In *Foreign Affairs*. Vol. 84, N.º 5, Setembro-Outubro de 2005; PAUL, T. V. – «Soft balancing in the age of US primacy». In *International Security*. Vol. 30, N.º 1, Verão de 2005, pp. 46-71; POPE, Robert A. – «Soft balancing against the United States». In *International Security*. Vol. 30, N.º 1, Verão de 2005, pp. 7-45.
- 32 ABIZAID, John, entrevista ao *Expresso*, 2 de Agosto de 2008, p. 34.
- 33 Cf. LIEBER, Robert J. – «Falling upwards: Declinism, the box set». In *World Affairs – A Journal of Ideas and Debatel*. Verão de 2008; <http://www.worldaffairsjournal.org/2008%20-%20Summer/full-Lieber.html>
- 34 LUTTWAK, Edward – «A Truman for our times». In *Prospect*. N.º 149, Agosto de 2008.
- 35 LEONARD, Mark – *O Século XXI, a Europa em Mudança*. Lisboa: Presença, 2006.
- 36 HABERMAS, Jürgen, e DERRIDA, Jacques – «February 15, or, what binds Europeans together: Plea for a common foreign policy, beginning in Core Europe». In LEVY, Daniel, PENSKY, Max, e TORPEY, John [eds.] – *Old Europe, New Europe, Core Europe*. Nova York: Verso, 2005.
- 37 Cf. WOLTON, Thierry – *O Grande Bluff Chinês – Como Pequim nos Vende a sua «Revolução» Capitalista*. Lisboa: Bizâncio, 2008.
- 38 SMITH, David – *The Dragon and the Elephant – China, India and the New World Order*. Londres: Profile Books, 2007, p. 213.
- 39 BELL, Coral – «The twilight of the unipolar world». In *The American Interest*. Vol. 1, N.º 2, Inverno de 2005, p. 25.
- 40 WOHLFORTH, William – «The stability of the unipolar world», p. 24.
- 41 DONNELLY, Jack – «Sovereign inequalities and hierarchy in anarchy: American power and international society». In *European Journal of International Relations*. Vol. 12, N.º 2, 2006, pp. 139-170.
- 42 LAKE, David A. – «Escape from the state of nature». In *International Security*. Vol. 32, N.º 1, Verão de 2007, pp. 47-79.
- 43 LAKE, David A. – «Self-restrained superpower». In *Harvard International Review*. Vol. 22, N.º 3, Outono de 2000.
- 44 Cf. a descrição já clássica da «ordem constitucional» ou «ordem ocidental» em IKENBERRY, John – *After Victory* (Princeton: Princeton University Press, 2001, pp. 162-175).
- 45 IKENBERRY, John – *After Victory*, p. 185.
- 46 Cf. ALMEIDA, João Marques de – «Uma teoria constitucionalista da ordem internacional». In IPRI, 2004; <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=35>
- 47 IKENBERRY, John – «Institutions, strategic restraint, and the persistence of American postwar order». In *Internacional Security*. Vol. 23, N.º 3, Inverno de 1999.
- 48 JOFFE, Josef – «Power failure – Why force doesn't buy order». In *The American Interest*. Vol. 2, N.º 6, Julho-Agosto de 2007, p. 53.
- 49 IKENBERRY, John – «Liberalism and empire: Logics of order in the American unipolar age». In *Review of International Studies*. N.º 30, 2004, pp. 609-693.
- 50 IKENBERRY, John, e KUPCHAN, Charles – «Liberal Realism, the foundations of a democratic foreign policy». In *The National Interest*. N.º 77, Outono de 2004, p. 45.
- 51 IKENBERRY, John – «Institutions, strategic restraint, and the persistence of American postwar order», pp. 56, 60 e 62.
- 52 DOBBINS, James – «Does America need a new grand strategy?». The RAND Corporation, Testimony Before the Committee on Armed Services – Subcommittee on Oversight and Investigations, US House of Representatives, 15 de Julho de 2008. http://www.rand.org/pubs/testimonies/2008/RAND_CT311.pdf
- 53 IKENBERRY, John – «The myth of post-Cold War chaos». In *Foreign Affairs*. Vol. 75, N.º 3, Maio-Junho de 2006, pp. 79-91.
- 54 RICE, Condoleezza – «Rethinking the national interest – American realism for a new world». In *Foreign Affairs*. Vol. 87, N.º 4, Julho-Agosto de 2008, p. 2.
- 55 RICE, Condoleezza – «Rethinking the national interest», p. 7.
- 56 Cf. RAPOSO, Henrique – «O regresso do Japão: O mundo trans-Pacífico eclipsa o mundo trans-Atlântico?». In IPRI, Occasional Paper 12, Outubro de 2006; http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/pdf/HR_Japao_111006.pdf
- 57 Cf. RAPOSO, Henrique, e SOLLER, Diana – «Retorno do realismo anglo-americano, sistema de alianças e o lugar da Europa no século XXI». In *Nação e Defesa*. N.º 113, Primavera de 2006, pp. 146-147.
- 58 Cf. RAPOSO, Henrique – «Parceria estratégica EUA-Índia: Poder e identidade no sistema interestatal pós-atlântico». In *Nação e Defesa*. N.º 117, Verão de 2007, pp. 91-122.
- 59 Cf. CHELLANEY, Brahma – «"Quad Initiative": an inharmonious concert of democracies». In *Japan Times*. 19 de Julho de 2007.
- 60 KISSINGER, Henry – «The three revolutions». In *The Washington Post*. 7 de Abril de 2008.
- 61 RICE, Condoleezza – «Transformational diplomacy: Remarks at George School of Foreign Service». Washington, 18 de Janeiro de 2006; <http://www.state.gov/secretary/rm/2006/59306.htm>.
- 62 RICE, Condoleezza – «Resources for transformational diplomacy». Statement Before the Senate Appropriations Subcommittee on Foreign Operations», Washington DC, 10 de Maio de 2007; <http://www.state.gov/secretary/rm/2007/may/84645.htm>
- 63 Para uma descrição detalhada do conceito de pós-atlantismo, cf. RAPOSO, Henrique – «A parceria estratégica EUA-Índia: O pós-atlantismo no sistema de estados e na comunidade de democracias». IPRI, Occasional Paper n.º 33, Abril de 2008; http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/pdf/OP33_HR.pdf
- 64 SAHNI, Varun – «India and the Asian security architecture». In *Current History*. Vol. 105, N.º 690, Abril de 2006, p. 163.
- 65 MEAD, Walter Russell – «AI Symposium – The Sources of American Power». In *The American Interest*. Vol. 1, N.º 1, Outono de 2005, p. 32.
- 66 Cf. «Acheson's speech on the Far East, January 12, 1950». In GRAEBNER, Norman A. [ed.] – *Ideas and Diplomacy – Readings in the Intellectual Tradition of American Foreign Policy*. Nova York: Oxford University Press, 1964, pp. 757-760.
- 67 Cf. EMMOTT, Bill – *Rivals – How the Power Struggle Between China, India and Japan Will Shape Our Next Decade*. Londres: Allen Lane, 2008.
- 68 GARFINKLE, Adam – «Alone in a crowd». In *The American Interest*. Vol. 1, N.º 3, Primavera de 2006, p. 137.
- 69 MEAD, Walter Russell – «The case against Europe». In *The Atlantic Monthly*. Vol. 289, N.º 4, 2002, p. 26.
- 70 HASSNER, Pierre – «Inquietações de um euro-atlantista, Teresa de Sousa entrevista Pierre Hassner». In *Relações Internacionais*. N.º 1, Março de 2004, p. 42.
- 71 MOHAN, C. Raja, «Índia and the Balance of Power». In *Foreign Affairs*. Vol. 85, N.º 4, Julho-Agosto de 2006, p. 25.
- 72 Cf. WATANABE, Akio – «A continuum of chance». In *The Washington Quarterly*. Vol. 27, N.º 4, Outono de 2004; OKAMOTO, Yukio – «Japan and the United States: The essential alliance». In *The Washington Quarterly*. Vol. 25, N.º 2, Primavera de 2002.